



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 567749 - SC (2020/0072073-9)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**LUDMILA GRADICI CARVALHO DRUMOND - SC036422**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : LUAN LUCAS CAMILO (PRESO)**  
**CORRÉU : SILVONES MEDES DE OLIVEIRA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUAN LUCAS CAMILO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Agravado em Execução n. 0016579-02.2019.8.24.0038).

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais realizou a unificação das penas e reconheceu a continuidade delitiva entre os dois delitos de roubo praticados pelo paciente (e-STJ, fls. 69 e 30/32).

Inconformado, o Ministério Público interpôs agravo em execução perante a Corte estadual. O Tribunal, então, deu provimento ao recurso para afastar a continuidade delitiva entre as condenações, bem como para determinar que o Juízo de primeiro grau promova a soma de penas. Eis a ementa do acórdão (e-STJ, fl. 68):

*AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. DECISÃO QUE RECONHECEU A APLICAÇÃO DO CRIME CONTINUADO ENTRE DUAS CONDENAÇÕES E PROMOVEU A SOMA COM UMA TERCEIRA. INSURGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AGRAVADO CONDENADO POR TRÊS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. CONDUTA QUE DEMONSTRA A HABITUALIDADE CRIMINOSA E AFASTA A INCIDÊNCIA DO CRIME CONTINUADO. DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.*

No presente *writ*, a Defensoria Pública aduz ilegalidade no acórdão que afastou a continuidade delitiva, sob o argumento de estarem preenchidos todos os elementos do artigo 71 do Código Penal, uma vez que os crimes cometidos pelo paciente são da mesma espécie e foram praticados nas mesmas condições de modo, tempo e local (e-STJ, fl. 8).

Afirma que as alegações do Ministério Público e do Tribunal de Justiça não podem constituir óbice ao reconhecimento da continuidade delitiva, haja vista que não houve habitualidade nos crimes perpetrados e, ainda, quando da prática dos roubos, o paciente não era reincidente (e-STJ, fl. 12).

Aponta, assim, contradição do acórdão coator com o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior (e-STJ, fl.12).

Assevera que, havendo plena satisfação dos requisitos previstos no artigo 71 do Código Penal, é imperativo o reconhecimento da continuidade delitiva (em vez do concurso material), de modo que se deve determinar a unificação das penas do paciente e, por consequência, a pena do delito mais grave deverá ser exasperada em 1/6 (e-STJ, fl. 12).

Diante disso, requer, liminarmente, a suspensão do acórdão coator e o consequente restabelecimento da decisão de primeiro grau. No mérito, pugna pela declaração de ilegalidade do acórdão, para o fim de reconhecer a continuidade delitiva entre os crimes de roubo praticados, de modo a determinar a unificação das penas, e, consequentemente, exasperar em 1/6 a pena do crime mais grave.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus* não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial para os casos de manifesta ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado que justifique o deferimento da medida de urgência.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que a caracterização da continuidade delitiva pressupõe a existência de ações praticadas em idênticas condições de tempo, lugar e modo de execução (requisitos objetivos), além de um liame a indicar a unidade de desígnios (requisito subjetivo).

No caso, o Tribunal concluiu pela ausência de desígnios autônomos entre as condutas delitivas. Ressaltou, nesse diapasão, a reiteração criminosa, pois o agente apenas repetiu a prática de crimes contra o patrimônio, concluindo que não pode haver a unificação de penas em razão do reconhecimento da continuidade delitiva (e-STJ, fls. 71/75).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, a medida antecipatória postulada confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Devidamente instruído o feito, dispensei as informações de praxe.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se

Brasília, 20 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca

Relator